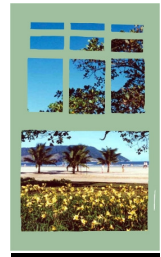


SEMINÁRIO CIDADES COSTEIRAS SUSTENTÁVEIS
Baixada Santista
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS PRAIAS:
DESAFIOS FACE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E À ELEVAÇÃO DO NÍVEL DO MAR



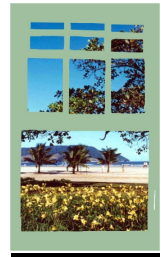
21 e 22 de agosto de 2007. auditório da UNISANTOS
Santos, SP Brasil

**Propostas da Sociedade Civil para revisão do Plano Nacional de
Gerenciamento Costeiro**

As seguintes propostas foram debatidas e aprovadas em plenária

- Definir metodologia para Estabelecer zonas de amortecimento - risco na linha de costa baseadas em critérios naturais e antrópicos (ex: classificação de riscos de erosão costeira, morfodinâmica das praias, estado dos ecossistemas costeiros associados, etc). Colocar exemplos de critérios naturais e antrópicos:
 - o Definição dos critérios
 - o Tipo de zonas de amortecimento
 - o Definição dos usos nas zonas de amortecimento
 - o Definição das competências dessas definições
- Ressaltar a necessidade de recuperação ambiental de linha de costa;
- Garantir a implantação de um programa de monitoramento - Definir indicadores que serão utilizados no monitoramento da qualidade ambiental da linha de costa;
- Definir indicadores que serão utilizados no monitoramento da qualidade ambiental da zona costeira;
- Ressaltar a necessidade de saneamento básico em todos os municípios costeiros (abastecimento de água, tratamento de efluentes, drenagem e resíduos sólidos);
- Incluir o tema gestão ambiental portuária de cada porto no PNGC;
- Incluir o tema de gestão ambiental nos pólos industriais;
- Incentivar concretamente Planos de gestão orientados às regiões metropolitanas (baseado nos dados do macro-diagnóstico?);
- Incentivar abordagens diferentes de gestão para áreas urbanizadas e não urbanizadas
- Incentivar a criação de Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro (associados aos planos diretores municipais);
-
-

SEMINÁRIO CIDADES COSTEIRAS SUSTENTÁVEIS
Baixada Santista
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS PRAIAS:
DESAFIOS FACE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E À ELEVAÇÃO DO NÍVEL DO MAR



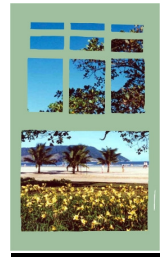
21 e 22 de agosto de 2007. auditório da UNISANTOS
Santos, SP Brasil

**Propostas da Sociedade Civil para revisão do Plano Nacional de
Gerenciamento Costeiro**

- Ressaltar a necessidade de considerar o balanço sedimentar no ordenamento de mineração de sedimentos (nos rios, planície costeira e baixa encosta – influencia no balanço sedimentar);
- PNGC elaborado com base nos princípios da participação democrática da sociedade em todas as instancias (eventos, participação publica) - mecanismos de participação e publicidade;
- Priorizar a disponibilidade das informações para a sociedade e gestores públicos / educação e informação;
- Estabelecer a integração entre as diferentes esferas de governo – PNGCI?
- Avaliação ambiental estratégica de políticas publica como pré-requisito para ZEEc;
- Trabalhar com cenários futuros para balizar as ações definidas hoje;
- Subprograma de estuários;
- Integração GERCO e bacias hidrográficas;
- Considerar o zoneamento marinho interior (até aonde vai a influencia marinha);
- Incrementa a criação e consolidação de UC's marinhas;
- LEI: Trocar EIA-RIMA por licenciamento, definir obras e atividades de alto impacto.

SEMINÁRIO CIDADES COSTEIRAS SUSTENTÁVEIS
Baixada Santista
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS PRAIAS:
DESAFIOS FACE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E À ELEVAÇÃO DO NÍVEL DO MAR

21 e 22 de agosto de 2007. auditório da UNISANTOS
Santos, SP Brasil



**Propostas da Sociedade Civil para revisão do Plano Nacional de
Gerenciamento Costeiro**

As seguintes propostas para regras de uso nas praias foram debatidas e aprovadas em plenária

- Regras para o uso das praias pelos freqüentadores;
- Regras para a ocupação das praias por equipamentos;
- Adotar sistema de classificação de qualidade ambiental de praias (pode ser baseado nos critérios do Bandeira Azul);
- Incorporar em X anos o monitoramento da qualidade dos sedimentos de praia como indicador de saúde pública / qualidade ambiental;
- Condicionar as licenças para as intervenções nas praias à criação/revisão dos códigos de postura pertinentes;
- Incentivar a participação da comunidade na “fiscalização” das regras e na melhoria da qualidade ambiental (ex. grupos voluntários de recuperação ambiental);
- Acesso livre às praias;
- Regulamentar retirada de areia das praias;